

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais

Sub-eixo: Infância

**SERVIÇO SOCIAL E INFÂNCIA:
O BRINCAR COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL COM CRIANÇAS**

PATRICIA DA SILVA COUTINHO¹

YURI CARVALHO MACHADO²

JÚLIA FORTUNATO QUINTÃO³

RESUMO:

Este trabalho realiza uma sistematização reflexiva da atuação profissional da equipe de Serviço Social do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil de Juiz de Fora. O estudo realizou um relato desta experiência, elaborando uma revisão bibliográfica sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, compreendendo o “brincar” como possível estratégia de atuação com crianças.

Palavras-chaves: Serviço Social; Infância; Brincar; Trabalho profissional.

ABSTRACT:

This work carries out a reflective systematization of the professional performance of the Social Service team at the Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil de Juiz de Fora. The study reported this experience, preparing a bibliographical review on the technical-operational dimension of Social Service, understanding “playing” as a possible strategy for working with children.

Keywords: Social Work; Infancy; Playing; Professional work.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora / Prefeitura de Juiz de Fora

² Universidade Federal de Juiz de Fora

³ Universidade Federal de Juiz de Fora/pjf

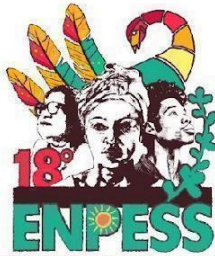
Introdução

O trabalho se desenvolveu através da percepção de uma assistente social e dois estagiários inseridos em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) em um município de médio porte de Minas Gerais. Algumas dúvidas levantadas por esses estagiários refletem a atual formação do Serviço Social no Brasil. Segundo eles, que são provenientes de uma Instituição de Ensino Superior pública e federal, há uma certa defasagem na discussão do agir profissional com o público infantojuvenil, sendo inseridos à temática do ECA apenas durante o processo de estágio supervisionado. Esse trabalho é resultado de uma imersão realizada por esses dois estagiários e sua supervisora de campo, com objetivo de aprofundar ainda mais o debate e desenvolver suas capacidades técnicas de intervenção com esse público. Com isso, foi traçado o seguinte percurso metodológico: busca por palavras-chaves como “infância e serviço social”, “juventude e serviço social”, “direitos da criança e do adolescente”, atuação profissional do assistente social”; elaboração de questões norteadoras, como “Quais são as técnicas utilizadas pelos profissionais assistentes sociais para acessar as demandas desses usuários?” e “De que forma os profissionais podem intervir na garantia dos direitos desses sujeitos?”. Com isso, utilizamos a metodologia da revisão bibliográfica, focando em produções da área do Serviço Social e de algumas outras áreas das ciências sociais aplicadas.

1) Serviço Social e Infância: a atuação do/a assistente social com crianças

Desde sua gênese, o Serviço Social brasileiro teve como um dos seus objetos de intervenção a família, seja em sua abordagem mais crítica representada pelo Movimento de Reconceituação ou pelas abordagens mais tradicionais e conservadoras, sendo essa família um sujeito privilegiado de intervenção do Serviço Social. Esta abordagem tradicional e conservadora torna-se reflexo de uma atuação profissional pautada no moralismo, na culpabilização das famílias e na classificação das famílias pobres como “desestruturadas” (Horst; Mito, 2017). Posto isso, é visível as possibilidades de atuação dos assistentes sociais junto às crianças, tendo em mente que estes sujeitos são partes estruturantes da concepção de “família” na lógica burguesa.

O conceito de família vem experimentando alterações de acordo com o curso da história, mostrando estar relacionado à mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas. De acordo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com Pedersen (2009, p. 106), “novos arranjos familiares estão se constituindo como uma forma de manifestação de uma nova sociedade”. Com isso, é preciso compreender que a atuação do assistente social com famílias não pode ser pautada apenas no modelo de família nuclear judaico-cristão, mas sim nas diversas composições de famílias que integram a sociedade contemporânea.

Buscando a desvinculação com a perspectiva familista, o Serviço Social crítico se pauta no ideário de que crianças são sujeitos que exercem autonomia e possuem seus direitos estabelecidos. Como exposto por Costa (2019),

o Serviço Social, enquanto profissão que atua na garantia dos direitos, seja como executor, pesquisador ou formulador de políticas, deve ter papel primordial na mudança de paradigma de compreender a criança como cidadã e sujeito de direitos.

O advento da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal (conhecida também como Estatuto da Criança e do Adolescente) passam a permear a atuação do assistente social frente a esse público, buscando a efetivação e ampliação dos direitos. O Serviço Social, como campo de atuação profissional e acadêmica, desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar e na proteção dos direitos de crianças e adolescentes. A atuação dos assistentes sociais nesta fase da vida é crucial não apenas para o atendimento de necessidades imediatas, mas também para o desenvolvimento integral desses indivíduos. O Serviço Social é embasado por uma perspectiva teórica que entende o indivíduo em sua totalidade e em relação com seu contexto social. Na infância e adolescência, essa abordagem se torna particularmente relevante, dado que o desenvolvimento das crianças e adolescentes ocorre em um ambiente de complexidade e vulnerabilidade. A atuação dos assistentes sociais, alinhada aos princípios e diretrizes do Estatuto, é crucial para assegurar que os direitos dos jovens sejam respeitados e promovidos. Compreender o papel do ECA e a importância da intervenção e da prevenção no campo do Serviço Social é essencial para construir uma sociedade que valorize e garanta um futuro melhor para suas crianças e adolescentes.

É importante destacar que um dos principais reatamentos dessa vulnerabilidade são os casos de violência contra esse grupo populacional. Entendendo a violência como uma das várias expressões da “questão social”, pois é produto da distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, de distribuição desigual de renda, de discriminação, de raça e de religião (Pedersen, 2009, p. 113), essa representa um dos principais focos de intervenção profissional de assistentes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

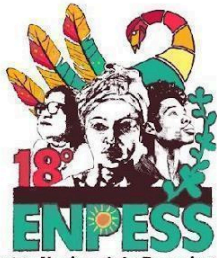
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais com o público infantojuvenil. O Serviço Social tem na “questão social” “o elemento fundante do exercício profissional, o qual interfere no seu enfrentamento por parte dos sujeitos sociais na perspectiva da viabilização do acesso e a direitos sociais e do exercício da cidadania” (IAMAMOTO, 2001 *apud* COSTA, 2019).

Além da intervenção direta em casos de violência, o Serviço Social tem um papel crucial na prevenção. A prevenção envolve estratégias para evitar que essas expressões da “questão social” se adensem. Programas de apoio à família, educação e orientação para pais e responsáveis, bem como ações voltadas para a inclusão social e o combate à desigualdade, são exemplos de como o Serviço Social pode atuar preventivamente. A teoria da proteção social, que enfatiza a importância de sistemas de suporte para a prevenção da exclusão social, é um referencial importante para entender essas práticas. Outras formas de intervenção do profissional incluem oficinas de variados temas dentro dos equipamentos em que estes profissionais estão inseridos, como educação sexual, cidadania e cultura, autocuidado (trataremos mais sobre esse instrumento no próximo item). Entender o público infantojuvenil como sujeitos dotados de desejos, autonomia, direitos e subjetividades impõe ao Serviço Social a quebra com os paradigmas familistas e paternalistas, exigindo uma abordagem para além dos moldes do controle, da coerção, da higienização e da adequação social.

Outro aspecto importante é o apoio ao desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos jovens. Os assistentes sociais colaboram com escolas, famílias e comunidades para criar ambientes que promovam a saúde mental, a educação e o desenvolvimento socioemocional. Programas de educação e atividades extracurriculares, que visam estimular habilidades e interesses, são frequentemente apoiados por profissionais de Serviço Social. O trabalho interprofissional e a construção de redes de proteção são fundamentais nesse processo.

O Serviço Social na infância e adolescência é essencial para garantir não apenas a proteção imediata, mas também para fomentar um desenvolvimento saudável e equilibrado. A atuação dos assistentes sociais, fundamentada em teorias do desenvolvimento humano e em políticas públicas, contribui para a criação de um ambiente mais justo e inclusivo. As práticas de intervenção e prevenção realizadas pelos profissionais de Serviço Social são fundamentais para assegurar que crianças e adolescentes possam crescer em condições que favoreçam seu bem-estar e seu potencial para um futuro promissor. A compreensão e valorização desse trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

são cruciais para a construção de uma sociedade que respeita e promove os direitos dos seus jovens cidadãos.

O importante posicionamento da profissão frente à violação dos direitos do público infantojuvenil demonstra seu caráter crítico e contra hegemônico. A luta pela defesa e efetivação do ECA se faz cada vez mais necessária no trabalho profissional, sendo reconhecida por órgãos representativos da categoria, como o Conselho Federal de Serviço Social, que está presente nas articulações de movimentos sociais e conselhos nacionais que discutem a temática.

2) A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: oficinas e grupos como estratégia de atuação com a infância

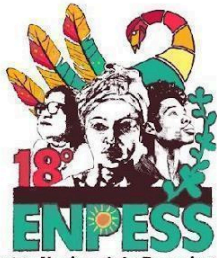
Compreender como intervir tecnicamente no público infantojuvenil tem sido uma tarefa pouco explorada dentro da área do Serviço Social. Neste trabalho, buscamos compreender de que forma podemos abordar esse público, trabalhar questões como cidadania, saúde, gênero, sexualidade, autonomia, autocuidado e outros variados temas. Pautados na linha de pensamento marxista para seu direcionamento teórico-metodológico, podemos não apenas utilizar os instrumentos e técnicas de trabalho como espaço de desenvolvimento de autonomia, mas também como ambiente de percepção de demandas “ocultas”, buscando sempre a essência dos fenômenos sociais. Segundo Paula (2023, p. 81),

a dimensão teórico-metodológica é aquela que permite à e ao assistente social não apenas identificar o fenômeno social, mas captar a essência daquilo que fundamenta as demandas que lhe chegam, bem como o potencial que portam.

Para Santos, Backx e Filho (2012) a dimensão técnico-operativa está diretamente relacionada às demais dimensões (teórico-metodológica e ético-política) do exercício profissional do/da assistente social, constituindo-se em uma totalidade. Essas dimensões são dialéticas e apresentam particularidades, em que a dimensão técnico-operativa se constitui na “forma de aparecer” da profissão, sendo reconhecida como “síntese do exercício profissional”

pois é composta também pelo conhecimento da categoria, pelas qualidades subjetivas dos agentes, pelas condições objetivas do trabalho, pelo projeto profissional, pela ética, pelos valores. Portanto, discutir, tanto o instrumental técnico-operativo em particular como a dimensão técnico-operativa como um todo, implica discutir o trabalho profissional como resultado daquela totalidade (SANTOS; BACKX; FILHO, 2012, p.17).

Nesse sentido, os autores reforçam que o exercício profissional se expressa através de ações “interventivas, formativas e investigativas” (SANTOS; BACKX; FILHO, 2012, p.18), e que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estas expressões não devem ser confundidas com as dimensões. A efetivação de cada uma destas expressões do exercício profissional é constituída pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Repensar o exercício profissional através destas três dimensões possibilita entender o significado social da ação profissional do Serviço Social

de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva (SANTOS; BACKX; FILHO, 2012, p.18).

Santos, Backx e Filho (2012) reforçam que é necessária a qualificação da intervenção profissional para além do manejo e domínio dos instrumentos e técnicas que usualmente o/a profissional do Serviço Social realiza em sua atuação. Neste sentido, discutir e pensar o trabalho busca superar o que é instituído no cotidiano profissional, compreendendo a dimensão técnico-operativa para além dos instrumentos e técnicas, que por sua vez são importantes mediações.

As ações profissionais teriam uma abrangência maior e expressariam o fazer profissional: orientar, encaminhar, avaliar, estudar, planejar e outras ações previstas como competências e atribuições na legislação profissional, que é desenvolvido em um serviço prestado pela instituição que pode ter variadas formas (como plantão, por exemplo). Para desenvolver estas ações, o profissional lança mão de ferramentas que são os instrumentos. Os procedimentos são os conjuntos de atividades que o profissional realiza, mobilizando esses instrumentos. neste sentido, os procedimentos podem ser de caráter individual, coletivo e administrativo-organizacional e não se confundem com as ações desenvolvidas pelos profissionais e nem, necessariamente, com a intervenção profissional (SANTOS; BACKX; FILHO, 2012, p.20).

O campo da Saúde Mental exige que o profissional de Serviço Social atue em situação de crise e de sofrimento psíquico intenso, por vezes permeado por diversas outras refrações da questão social. Nos equipamentos intitulados de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) a equipe técnica atende situações de urgência e emergência. Nesses espaços específicos para o público infantojuvenil, os CAPSIl, a ocorrência de violações de direitos é frequente. Os/as assistentes sociais necessitam lançar mão de diversas táticas, instrumentos e técnicas para atuarem com as crianças e adolescentes atendidos nestes espaços, para além do que é previsto nas normativas e legislações.

Com isso, selecionamos dois instrumentos para discutirmos e abordamos suas inserções no campo de atuação com o público infantojuvenil: as oficinas e os grupos. Essa seleção se deu ao fato de que, no trabalho profissional vivenciado pelos autores, os grupos e oficinas possuem maior adesão e participação dos usuários inseridos no serviço, mostrando o interesse desse



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

público com as atividades. Destacamos que a Portaria do Ministério da Saúde nº 3.088 de 2011 - que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), consolidando a Lei Federal nº 10.216 de 2001 - “Lei da Reforma Psiquiátrica” - afirma em seu artigo 7º, que o Centro de Atenção Psicossocial, como ponto de atenção da RAPS deve desenvolver atividades prioritariamente em espaços coletivos (grupos, assembleias de usuários, reunião diária de equipe).

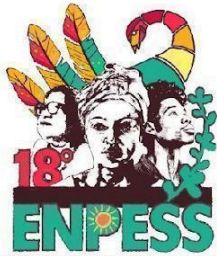
Assim, as oficinas e grupos são desenvolvidas em torno de temáticas, que possuem uma finalidade a ser alcançada e funcionando de forma contínua. Essa formação continuada permite não apenas que o usuário tenha maior aderência ao espaço físico do serviço, mas que também possa desenvolver vínculos tanto com outros usuários, quanto com profissionais do serviço. Essa inclusão e interlocução de usuários resulta em ganhos sociais e terapêuticos (como o senso de coletividade, autonomia e desenvolvimento de relações interpessoais), como também pode resultar na percepção de dificuldades de estabelecer relações afetivas, como exemplificado por Moretto (2013, p.227),

Observamos com frequência momentos nos quais o grupo necessita da liderança do terapeuta, principalmente diante da dificuldade em ceder sua vontade aos outros, o que gera conflitos, agressividade e competitividade, características comuns à faixa etária em questão. Estes fenômenos dificultam o relacionamento grupal e a colaboração mútua, gerando grande ansiedade e irritação e exigindo do terapeuta uma postura continente, com o objetivo de traduzir e conter as emoções dos participantes e realizando um trabalho terapêutico de grupo.

Entretanto, estando dotados de uma dimensão teórico-metodológica e ético-política baseadas numa perspectiva crítica, percebemos esse instrumento como um campo privilegiado de intervenção, visto que as relações impressas naquela circunstância podem representar campos de análise e intervenção profissional sobre a realidade do sujeito que a expressa. Como bem exposto por Martins (2023, p.233), a partir destes elementos,

o assistente social deve proceder com o levantamento das demandas. Esse processo ocorrerá por meio de atendimentos individuais, visitas domiciliares, oficinas para intervenção em dinâmicas de grupo, avaliação de prontuários físicos, registros eletrônicos etc. Cabe dizer que o diálogo com os usuários precisa ir além das demandas vocalizadas, buscando elaborar o máximo de requisições dentro da zona de competência do profissional.

Além disso, temos as assembleias de usuários como grande possibilitadora do exercício da cidadania e da atuação política desses sujeitos. Como os dispositivos de saúde seguem as diretrizes do Sistema Único de Saúde, que tem como um de seus fundamentos o controle social, que significa o entendimento, a participação e a fiscalização da sociedade sobre as ações do Estado e propicia a vivência da democracia direta, conduzida pelo povo. Nessas assembleias, os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

usuários têm espaço para expor suas insatisfações com o serviço ou política focalizada da instituição, propor melhorias e ações no serviço, propor representantes entre si e se compreenderem enquanto agentes políticos. Com as crianças e adolescentes o propósito é o mesmo. Busca-se, através da participação política deste público dentro da instituição, o desenvolvimento da consciência política, a participação direta no seu próprio tratamento em saúde e o desenvolvimento de autonomia desses usuários.

Para Santos, Backx e Filho (2012) relatam que debater o “grupo e a reunião” no Serviço Social, são vistos de modo “polêmico”, tanto no que se refere à busca de sua compreensão e sua utilização, quanto à forma de entendê-los no conjunto do exercício profissional. Na bibliografia profissional há diversas compreensões sobre o grupo, sendo este referenciado “como instrumento, como prática, como abordagem e até mesmo, de modo restrito, como dinâmica de grupo” (SANTOS; BACKX; FILHO, 2012, p.25). O trabalho com grupos, por vezes, é identificado como uma estratégia, por assumir um “caráter sócio-educativo”, mas reforçamos a necessidade de ampliar o debate acerca do trabalho do/a assistente social com grupos, seja enquanto reunião, oficinas ou assembléias.

3) O brincar como tática de intervenção profissional

De acordo com o princípio 7º da Declaração Universal dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1959, toda criança deverá ter “ampla oportunidade para brincar e divertir-se”, visando os mesmos propósitos de sua educação, devendo a sociedade e as autoridades públicas se empenharem em promover a execução deste direito. O artigo 16 do Estatuto da Criança e Adolescente estabelece que “**brincar**, praticar esportes e divertir-se” (grifos nossos) é um aspecto compreendido como direito à liberdade.

As brincadeiras devem ser compreendidas como uma linguagem fundamental da infância, em que as crianças podem ampliar sua relação com o mundo. De acordo com Lamamoto (1998), “a linguagem” é o instrumento básico de trabalho do assistente social, e suas atividades estão associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política.

Tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades deste trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas a sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no

estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos junto aos quais atua. (IAMAMOTO, 2000, p. 97).

Compreendemos que pensar o lúdico como estratégia de intervenção profissional com crianças, agrega à prática profissional materialidade à perspectiva criativa do/a assistente social, que deve adequar sua linguagem ao público de sua atuação, buscando assim, fortalecer o vínculo com os usuários. Devemos reforçar que esta perspectiva criativa, não deixa de ser crítica, ao passo que pode promover a autonomia e a perspectiva contra hegemônica em sua ação.

Segundo Winnicott (1982), o brincar é uma atividade lúdica, que quando crianças se torna uma forma de comunicação, simbolização e manifestação da realidade de cada um. Para o autor, a experimentação no espaço potencial (WINNICOTT, 1975) assume a ação propriamente dita do brincar com outras crianças, que coletivamente compartilham conhecimentos na forma lúdica da brincadeira. Ao brincar é possível dialogar com a realidade e com a criatividade, em que a criança deve ser vista como ser social em desenvolvimento nesta sociabilidade. Deste modo, o autor reforça que é no brincar, e muito provavelmente, só no brincar que, tanto a criança quanto o adulto experimentam um sentimento de liberdade para criar e criar-se, configurando um espaço potencializador para o desenvolvimento criativo dos indivíduos.

Neste sentido, é necessário perceber e expressar a atuação do/a assistente social com crianças, quando estas são as usuárias dos serviços socioassistenciais das diversas políticas sociais. Debater acerca do ato de brincar, se faz necessário no âmbito do Serviço Social, buscando combater ortodoxias, e incentivar abordagens que exaltam a cultura e a arte, como possibilita o ato de brincar. Estas brincadeiras, mediadas pela atuação profissional, destacam a possibilidade de desenvolver um canal ou um vínculo entre o/a assistente social e a criança, reconhecendo o brincar como “facilitador” na relação entre usuários e profissionais, em diversos cenários. Além do brincar, os jogos também se constituem como importantes instrumentos de trabalho com crianças.

No âmbito do Serviço Social, o debate sobre as estratégias e táticas de atuação profissional não é recente, em que Iamamoto (1992) apresenta significativas contribuições, distinguindo as “concepções teórico-metodológicas” das “estratégias, técnicas e procedimentos da intervenção profissional” (IAMAMOTO, 1992, p.173), em que para a estudiosa “as estratégias de atuação profissional” caracterizam elementos imprescindíveis para efetivação do trabalho do/da assistente social. Porém, estes dispositivos não devem ser tratados como “metodologia”, e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nem são estratégias específicas do Serviço Social. A estudiosa reforça que é através de determinado “referencial teórico-metodológico” que são implementadas estratégias de ação para a corporificar o fazer profissional.

De acordo com Nicolielo, Sommerhalder, Alves e Malta (2019) o “brincar” é uma prática social privilegiada na infância, em que as crianças devem reconhecidas na dignidade de ser pessoa e de sua condição específica de viver a infância, afastando assim de outras atividades sociais, como o trabalho infantil.

A oportunidade de se relacionar com seus pares, com os adultos e com os objetos lúdicos, a troca de experiências, a possibilidade de escolher de forma livre, de expressar suas curiosidades, de manifestar suas ideias e representar a realidade conhecida são algumas das oportunidades educativas promovidas nas brincadeiras. Ainda, no processo de socialização vivido no brincar, elas apropriam-se dos códigos culturais. Ou seja, reconhecer a brincadeira como ação fundamental na infância significa reconhecer nas crianças a sua dimensão de humanidade (NICOLIELO; SOMMERHALDER; ALVES; MALTA, 2019, p.353).

Destacamos que trabalhar com o lúdico, não significa dispor de espontaneísmo ou atividades irrefletidas, pois comungamos da perspectiva crítica de atuação, em que o Projeto ético-político do Serviço Social, requer dialeticamente que os assistentes sociais tracem objetivos, que em um plano de trabalho, evidenciam a teleologia de suas atividades, buscando contornar os desafios postos pelo cotidiano. De acordo com Paula (2016)

a delimitação de um objetivo é necessariamente um processo que envolve escolhas éticas e políticas perpassadas por interesses divergentes que, em nossa sociedade capitalista, configuram-se enquanto interesses de classe. Assim, objetivos estabelecidos, sejam profissionais, administrativos, partidários, entre outros, definidos nesse modelo de sociabilidade, possuem necessariamente um caráter ideológico que vai incidir no próprio processo de elaboração das táticas e das estratégias (PAULA, 2016, p.52).

Iamamoto (1992), partindo de um referencial teórico-metodológico marxista, reforça que para esta definição de objetivos, o profissional deve não apenas compreender a realidade, mas intervir e alterar a realidade, através de

competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer, recusando os espontaneísmos, os voluntarismos, os determinismos e demais “ismos” que cindem o exercício profissional, desviando as rotas desejáveis da ação. Em outros termos, é preciso estabelecer os rumos e estratégias de ação a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional. Uma vez decifradas, essas tendências podem ser acionadas pela vontade política dos sujeitos, de forma a extrair estratégias de ação reconciliadas com a realidade objetiva, de modo a preservar sua viabilidade, reduzindo assim a distância entre o desejável e o possível (IAMAMOTO, 1992, p. 184-185).

Diante o exposto, partilhamos a experiência vivenciada no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) de Juiz de Fora/MG, em que a “Oficina de Contação de Histórias”, para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

crianças com até seis anos de idade, possibilita materializar o “brincar” enquanto estratégia de intervenção profissional, materializando o desafio de criar uma nova “linguagem” no âmbito do Serviço Social. Observamos que as histórias contadas em grupo potencializam a autonomia e o debate de questões importantes, como: a cidadania, o racismo, o etarismo, a LGTBfobia, etc.

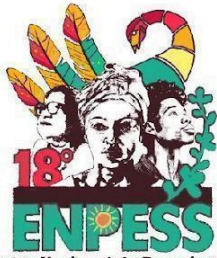
Além de promover o vínculo e a contratualidade, nos espaços e momentos de brincadeira da oficina, é possível estreitar laços para uma atuação mais efetiva e direcionada, para além das estratégias já adotadas, como: os atendimentos individuais, entrevistas, estudos de caso, etc. Crianças em situação de extrema pobreza, violência, negligência ou em sofrimento psíquico são, por vezes, privadas do direito de viver uma infância plena e digna, em que a ausência de espaços públicos de lazer adequados em regiões periféricas e a falta de acesso à cultura reforçam este desamparo das políticas sociais. Além disto, a ausência de atividades de contraturno ou vínculo com a escola reforçam a vulnerabilidade vivenciada por crianças atendidas pelo CAPSi, que, por vezes, afastadas de momentos de diversão, tornam-se mais vulneráveis à exposição a diversos tipos de violência ou formas de exploração.

4) Conclusão

O estudo sobre a atuação profissional do/a assistente social é sempre dialético, permeado pela realidade social dos diversos processos sociais que circundam o trabalho social. Debater o atendimento de crianças significa ampliar o olhar acerca da infância, sendo oportuno o momento que tem se configurado na realidade dos municípios e Estados de elaboração dos Planos Municipais e Estaduais da Primeira Infância.

Além disso, desenvolver a criticidade na atuação profissional e se desprender das amarras familistas e conservadoras da profissão faz-se *mister* para uma atuação profissional ética, pautada nos interesses dos trabalhadores e na participação política dos sujeitos. Também entendemos como necessária a implementação de maiores discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente dentro dos espaços de formação acadêmica e profissional através de disciplinas, projetos de pesquisa e extensão, inclusão nos campos de estágio e cursos de formação.

Ao assistente social é necessário a atualização constante, na perspectiva de educação permanente, e ao Serviço Social debater criticamente seus fundamentos teóricos-metodológicos, buscando construir conhecimento dialético acerca da realidade em constante transformação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

5) Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1990). Decreto nº 99.710, de 22 de novembro de 1990. Brasil, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Constituição Federal (1988). São Paulo: Saraiva, Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002

COSTA, C. T. Q. **EMERGÊNCIA DO OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2020. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1822>. Acesso em 29 jul. 2024.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Hoje é Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2000>. Acesso em 05 ago. 2024.

HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F.M.; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. – Belo Horizonte: CRESS, 2023. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG--A-dimensa%CC%83o-te%CC%81cnico-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf> Acesso em: 18/08/2024

_____; MIOTO, R. C. T. **Serviço social e o trabalho com famílias : renovação ou conservadorismo?** Revista em Pauta, v. 15, p. 228-246, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/32749/23568>. Acesso em 29 jul. 2024.

IAMAMOTO, M, V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

MORETTI, C. C.. **O grupo como estratégia de intervenção em saúde mental da infância e adolescência**. Mental. 2013, X(19), 221-233. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42028699005>. Acesso em 26 ago. 2024.

NICOLIELO, M. E; SOMMERHALDER, A; ALVES, F. D; MALTA, D. A. S. **Brincar como prática social da pequena infância em contexto de Educação Infantil**: aprender para a vida. Revist/a Educação Unisinos – v.23, n. 2, abril-junho 2019. Disponível em: http://educa.fcc/2024.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102019000200352 Acesso em: 18/08/2024

PAULA, L. G. P. **Estratégias e Táticas**: reflexões no campo do Serviço Social. 1ed, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), [S. l.], v. 8, n. 1, p. 104–122, 2009. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/5677>>. Acesso em: 29 jul.. 2024.

SANTOS, C. M; FILHO, R. S; BACKX, S. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão** in SANTOS, S; BACKX, S; GUERRA, Y. (organizadoras), “A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos” - Juiz de Fora: Ed, UFJF, 2012.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 203p.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.